



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO N. 28 DE 13 DE MARÇO DE 1986

O TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que consta do Processo n. 038/81,

CONSIDERANDO que é necessário disciplinar as atividades relacionadas com a área de transporte e utilização dos veículos oficiais do Tribunal e do Conselho da Justiça Federal;

CONSIDERANDO, especialmente, as normas constantes das leis nºs. 1.081/50 e 5.108/66; dos Decretos números 62.127/68, 72.294/73, 79.133/77, 79.399/77, 83.090/79, 85.894/81 e 87.376/82; das Resoluções nºs. 437/70, 487/75 e 513/77, do Conselho Nacional de Trânsito; da Instrução Normativa do DASP n. 121/81 e, notadamente, da Resolução n. 08/77-TFR,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA CLASSIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 1º Os veículos pertencentes ao TFR e ao CJF ficam classificados nos seguintes grupos:

Grupo A - Automóveis de Representação de Ministros;

Grupo B - Automóveis de Representação Funcional;

Grupo C - Veículos de Serviço;

Grupo D - Veículos de Transporte Coletivo;

Grupo E - Veículos de Serviço Especial;

Grupo F - Veículos de Transporte de Carga Leve.

Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes características de veículos, para os Grupos referidos no artigo anterior:

I – Grupo A – Automóveis de Representação de Ministros;

1) Características – Automóvel movido a gasolina ou a álcool, cor preta, placa de bronze oxidado, contendo o emblema da República, a legenda “BRASILIA-DF”, o número de ordem convencionado pelo Tribunal e a indicação da autoridade usuária e do órgão (Resolução n. 437, de 30 de dezembro de 1970, e Resolução n. 513, de 30 de março de 1977, do Conselho Nacional de Trânsito);

2) Usuários – Presidente, Vice-Presidente e Ministros do Tribunal Federal de Recursos;

3) Consumo – Segundo cotas mensais fixadas pelo Tribunal e revistas, quando necessário;

4) Utilização – Isentos de quaisquer restrições nos limites do Distrito Federal; fora deste, com observância no disposto no art. 10 (dez) desta Resolução.

II – Grupo B – Automóveis de Representação Funcional:

1) Características – Automóvel movido a gasolina ou a álcool, cor preta, placa branca, na forma das normas legais pertinentes.

2) Usuários – Secretário-Geral da Presidência; Diretor-Geral (do TFR e do CJF) e Diretores de Secretaria (do TFR e do CJF);

3) Consumo – Segundo cotas mensais fixadas pelo Presidente do Tribunal e revistas, quando necessário;

4) Utilização – Transporte de autoridade no desempenho de suas atividades funcionais e protocolares, em dias úteis, nos horários de expediente ou não, nos limites do Distrito Federal.

III – Grupo C – Veículos de Serviço:

1) Características – Veículo de pequeno porte movido a gasolina, diesel e/ou álcool, cor a critério do órgão (art. 1º do Decreto n. 85.894, de 09.04.81) e placa branca (Resolução n. 487/75 do Conselho Nacional do Trânsito);

2) Usuários – Servidores do TFR e do CJF no desempenho de atividades externas de interesse da Administração;

3) Consumo – Segundo cotas mensais fixadas pelo Presidente do Tribunal e revistas, quando necessário;

4) Utilização – a) Transporte de servidores no desempenho de atividades externas próprias da Administração, durante a jornada de trabalho; b) Eventualmente, a critério da Administração, na condução de servidores de seus

residências ao local de trabalho e vice-versa, quando houver antecipação ou prorrogação do expediente.

IV – Grupo D – Veículos de Transporte Coletivo:

1) Características – Micro-ônibus ou ônibus movidos a diesel, cor a critério do Órgão (art. 1º do Decreto n. 85.894, de 09.04.81) e placa branca (Resolução n. 487/75 do Conselho Nacional do Trânsito);

2) Usuário – Servidores do TFR e do CJF, munidos de cartão de identificação e/ou, em caráter excepcional, outras pessoas com autorização expressa fornecida pelo Diretor-Geral da Secretaria do TFR. Sempre que solicitado, o usuário deverá apresentar a identificação ou autorização especial ao condutor do veículo ou aos funcionários da Subsecretaria de Segurança e Transportes.

3) Consumo – Segundo cotas mensais fixadas pelo Presidente do Tribunal e revistas, quando necessário;

4) Utilização – Transporte de servidores de pontos predeterminados à repartição e vice-versa, no início e término do expediente; b) excepcionalmente, na movimentação de servidores para participação em atividades culturais, esportivas e de treinamento, de interesse da Administração.

V – Grupo E – Veículos de Serviço Especial:

1) Características – Veículos, tipo utilitário, movido a gasolina, diesel ou álcool, cor a critério do Órgão (art. 1º do Decreto n. 85.894, de 09.04.81), placa branca (Resolução n. 487/75 do Conselho Nacional do Trânsito), dispositivo de alarme sonoro e luz vermelha intermitente;

2) Usuários – Servidores do TFR e do CJF, no desempenho de atividades externas de socorro médico;

3) Consumo – Segundo cotas mensais fixadas pelo Presidente do Tribunal e revistas, quando necessário;

4) Utilização – No desempenho de atividades externas de socorro médico e, a critério da Administração, no transporte de servidores e seus dependentes, de suas residências ao Serviço de Saúde do TFR ou a Unidades de Atendimento Médico.

VI – Grupo F – Veículos de Transporte de Carga Leve:

1) Características – Veículo, tipo Kombi/Pick-Up e Camioneta Chevrolet D 10 ou similar, movidos a gasolina, álcool ou diesel, cor a critério do Órgão (art. 1º do Decreto n. 85.894, de 09.04.81), e placa branca (Resolução n. 487/75 do Conselho Nacional do Trânsito);

2) Consumo – Segundo cotas mensais fixadas pelo Presidente do Tribunal e revistas, quando necessário;

3) Utilização – Transporte de cargas leves, para atender às necessidades do TFR e do CJF.

CAPÍTULO II

NORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS

Art. 3º A utilização de veículos oficiais pelas Unidades integrantes das Secretarias do Tribunal e do Conselho da justiça Federal far-se-á mediante requisição, com exceção daqueles pertencentes aos Grupos A e B.

Art. 4º A Subsecretaria de Segurança e Transporte do Tribunal elaborará escala de transportes para atendimento das diversas unidades, que será aprovada pelo Diretor da Secretaria Administrativa.

Parágrafo Único – Quando se tratar de veículo do CJF, a escala será elaborada pela Subsecretaria de Material, Patrimônio e Serviços Gerais do CJF.

Art. 5º Todas as Unidades de trabalho que utilizarem viaturas oficiais para serviços externos deverão credenciar um servidor junto à Subsecretaria de Segurança e Transporte, para efetuar as requisições de transporte.

Art. 6º Observada a escala de transporte para o atendimento a que se refere o art. 4º, a requisição será dirigida pelo servidor credenciado, pessoalmente ou por telefone, à Seção de Transporte da Divisão de Segurança e Vigilância.

Art. 7º O atendimento das requisições efetuadas em desacordo com a escala de transporte preestabelecida fica condicionado à existência de veículos disponíveis na Seção competente.

Art. 8º Os Ministros do Tribunal terão a sua disposição um automóvel de representação pessoal (artigo 2º, I).

Parágrafo único – O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça Federal terão direito à utilização de dois automóveis de representação (artigo 2º, I)

Art. 9º A falta dos veículos a que se refere o artigo anterior, motivada por vistoria, conserto ou revisão, será suprida por carro-reserva.

Parágrafo único – Excepcionalmente, a critério do Ministro Presidente, poderá ser usado carro-reserva fora das situações acima previstas, mediante prévia requisição.

Art. 10 O deslocamento dos veículos pertencentes ao Grupo A para locais fora dos limites do Distrito Federal será precedido de revisão geral do veículo.

Art. 11 Os veículos pertencentes ao Tribunal e ao Conselho da Justiça Federal, ao fim da circulação diária, assim como nos fins de semana e feriados, serão recolhidos às garagens do TFR e do CJF.

Parágrafo único – Os automóveis de Representação de Ministro serão recolhidos à garagem indicada pela autoridade usuária (Grupo A).

C A P Í T U L O I I I

DO ESTACIONAMENTO NAS DEPENDÊNCIAS DO EDIFÍCIO-SEDE DO TFR

Art. 12 O estacionamento nas dependências do Edifício-Sede ou do Edifício-Anexo do TFR compreende vagas demarcadas, de uso privativo, e vagas não demarcadas, de utilização geral.

Art. 13 Serão reservadas vagas privativas para estacionamento das viaturas da frota do TFR e CJF na garagem do Edifício-Sede ou do Edifício-Anexo, conforme a conveniência do serviço.

Parágrafo único – As vagas privativas destinadas aos veículos pertencentes aos Grupos A e B serão identificadas com o número da placa do veículo e o nome da autoridade usuária, vedado o uso das mesmas por outros veículos que não os indicados, ressalvadas, e, casos excepcionais, as autorizações por escrito em sentido contrário.

Art. 14 As vagas não demarcadas poderão ser utilizadas pelos veículos particulares de propriedade dos servidores do TFR e CJF durante o horário de expediente, sendo-lhes vedado o uso para pernoite, salvo autorização expressa do Diretor-Geral da Secretaria do TFR.

Parágrafo único – A critério da Administração, o uso do estacionamento situado nas dependências do Edifício-Sede e do Anexo poderá ser interditado aos carros previstos no caput deste artigo, na oportunidade da realização de solenidade ou outros eventos no Tribunal.

Art. 15 É proibido o estacionamento na entrada interna do Edifício-Anexo, salvo para os veículos de representação do Grupo B e para carga e descarga.

C A P Í T U L O I V

DO USO DOS SERVIÇOS DA SEÇÃO DE TRANSPORTE E OFICINA

Art. 16 – Os serviços prestados pela Seção de Transporte e Oficial do TFR, para efeito de utilização por parte dos veículos oficiais pertencentes ao TFR e ao CJF, compreendem:

I – Manutenção ou conservação;

II – Consertos de pequeno porte;

III – Consertos de grande porte;

IV – Vistoria;

V – Revisão;

VI – Abastecimento.

§ 1º - Os serviços de manutenção ou conservação compreendem:

I – **No motor**: troca de óleo, lavagem e pulverização, nos períodos preestabelecidos;

II – **na alimentação**: troca de filtros de ar e de óleo, nos períodos preestabelecidos;

III – **na transmissão**: troca de óleo do câmbio e do diferencial e lubrificação das cruzetas, nos períodos preestabelecidos;

IV – **nas rodas**: troca e rodízio de pneus, de acordo como desgaste e a quilometragem percorrida; troca de graxa dos rolamentos, nos períodos preestabelecidos;

V – **no equipamento elétrico**: limpeza, manutenção e troca de baterias;

VI – **na direção**: troca de óleo da caixa de direção e do hidráulico, nos períodos preestabelecidos;

VII – **no estofamento**: serviços de limpeza;

VIII – **na lataria e chassis**: lavagem e pulverização; e

XI – **na embreagem e freios**: lubrificação dos pedais.

§ 2º - Os consertos de pequeno porte compreendem:

I – **no motor**: regulagem simples:

II – **na alimentação**: troca da bomba de gasolina e regulagem simples do carburador:

III – **na embreagem**: regulagem ou troca do cabo:

IV – **nos freios**: regulagem simples, troca das pastilhas dianteiras, verificação do nível de óleo do cilindro;

V – **na ignição**: troca do platinado, condensador, bobina e velas; e

VI – **no sistema elétrico**: substituição de lâmpadas e faróis e verificação do nível de água da bateria.

§ 3º Os consertos de grande porte compreendem todos os demais serviços não especificados no parágrafo anterior.

§ 4º A vistoria compreende uma inspeção trimestral em todos os veículos pertencentes ao TFR e ao CJF, objetivando a verificação da existência e conservação dos equipamentos obrigatórios (art. 92 do Decreto n. 62.127, de 16 de janeiro de 1968).

§ 5º A revisão compreende um exame geral dos veículos pertencentes ao TFR e ao CJF, de conformidade com as especificações do fabricante.

§ 6º O serviço de abastecimento compreende o fornecimento de gasolina, álcool ou diesel aos veículos pertencentes ao TFR e ao CJF, obedecidas as cotas de consumo mensal previamente estabelecidas para os diversos Grupos, nos termos do art. 2º desta Resolução.

Art. 17 O atendimento normal dos serviços enumerados no art. 16 desta Resolução será realizado de segunda a sexta-feira, obedecida a seguinte escala de horário:

I – para manutenção ou conservação: das 13:00 às 17:30 horas, segundo a ordem de chegada, exceção feita aos serviços de limpeza no estofamento e lavagem e pulverização da lataria e chassis das viaturas pertencentes ao Grupo “A”, cuja execução poderá ocorrer, também, das 8:00 às 11:00 horas;

II – para execução de consertos de menor porte: das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:30 horas, segundo a ordem de chegada dos veículos;

III – para execução de consertos de grande porte: das 13:00 às 17:30 horas, segundo a ordem de chegada dos veículos; e, excepcionalmente, caso haja disponibilidade, das 8:00 às 11:00 horas, obedecida igualmente a ordem de chegada dos veículos;

IV – para vistoria – a critério da Divisão de Oficina mecânica;

V – para revisão – das 8:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:30 horas, segundo a ordem de chegada dos veículos; e

VI – para abastecimento – das 8:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:30 horas, segundo a ordem de chegada dos veículos, , ressalvado o disposto no parág. Único deste artigo.

Parágrafo único – Além do horário previsto no inciso VI deste artigo, haverá, para os abastecimentos de emergência dos veículos oficiais de representação, um serviço de plantão funcionando das 8:00 às 12:00 horas, aos sábados, domingos, feriados e nos dias em que não houver expediente no Tribunal.

Art. 18 A Seção competente diligenciará para que o atendimento aos veículos pertencentes aos Grupos constituídos de pequeno número de viaturas seja realizado em tempo hábil, de modo a não prejudicar o andamento dos serviços que lhes são afetos.

CAPÍTULO V

DO ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VIATURAS OFICIAIS E DAS MULTAS

SEÇÃO I – DA RESPONSABILIDADE GERAL

Art. 19 O TFR ou o CJF e o servidor são solidariamente responsáveis nos casos de prejuízos resultantes de negligência, imperícia, imprudência, omissão ou abusos praticados pelo motorista no exercício do cargo (art. 107 da Constituição).

Art. 20 O TFR e o CJF não respondem pelos atos de seus servidores que não guardem relação com essa condição, nem tenham sido praticados no exercício das funções que lhes incumbem, assumindo o funcionário o caráter de simples particular para efeito de responsabilidade.

Art. 21 Cabe ao motorista portar, permanentemente, seus documentos de habilitação atualizados, bem como providenciar, junto à Divisão de Oficina Mecânica, da Subsecretaria de Segurança e Transporte, para que o veículo sob sua responsabilidade esteja sempre devidamente equipado e em perfeitas condições de uso.

SEÇÃO II – DO PROCEDIMENTO EM CASO DE ACIDENTE

Art. 22 Em caso de acidente com viatura do TFR ou do CJF, o motorista condutor do veículo tomará as seguintes providências:

I – havendo vítima, prestar-lhe, prioritariamente, pronto e integral socorro, removendo-a, se for o caso, para a unidade hospitalar mais próxima, desde que seu estado permita esta operação sem os recursos médicos necessários (art. 175, XVI, do Decreto n. 62.127/68, e art. 83, XVI, da Lei n. 5.108/66);

II – arrolar, no mínimo, duas (2) testemunhas, de preferência não envolvidas diretamente no acidente, anotando nomes completos, profissões, identidades, endereços e locais de trabalho, solicitando sua permanência no local, até a chegada da autoridade policial; e

III – comunicar a ocorrência à Divisão de Segurança e Vigilância, da Subsecretaria de Segurança e Transporte, pelo meio mais rápido e, posteriormente, por escrito.

Parágrafo único – Ocorrendo a hipótese do inciso I, segunda parte, deste artigo, o motorista deverá apresentar-se à autoridade policial sediada na unidade hospitalar, dando-lhe ciência do ocorrido.

Art. 23 A Divisão de Segurança e Vigilância, ao receber a comunicação prevista no artigo anterior, inciso III, tomará as seguintes providências:

I – de imediato:

a) solicitar à Delegacia Policial da Circunscrição o comparecimento da Polícia Militar, para a realização da perícia obrigatória e, havendo vítimas, de perito do Departamento de Polícia Técnica;

b) comparecer ao local, para verificação das proporções do acidente e coordenação das medidas necessárias;

c) providenciar a remoção da viatura sinistrada da via pública, após a liberação pela autoridade policial competente; e

d) providenciar o reboque do veículo para a garagem ou oficina, se for o caso;

II – posteriormente:

a) solicitar cópias da ocorrência, do laudo pericial e do laudo médico, se houver vítimas, respectivamente, à Delegacia Policial da Circunscrição, ao Departamento da Polícia Técnica e à autoridade médica competente;

b) determinar à Divisão de Oficina Mecânica que proceda ao levantamento e à avaliação dos danos materiais sofridos pela viatura envolvida no acidente, apresentando orçamento, com visitas ao seu conserto;

c) em caso vítimas, ou de prejuízos cobertos por seguro de responsabilidade civil, promover as medidas necessárias, inclusive a notificação aos interessados beneficiários e à empresa seguradora;

d) providenciar a assinatura, pelo motorista, do Termo de Assunção de Responsabilidade, quando o laudo pericial não lhe for favorável; e

e) encaminhar a documentação pertinente à Secretaria Administrativa do Tribunal ou do Conselho da Justiça Federal, para que a mesma represente à Diretoria Geral, a fim de ser instaurada, obrigatoriamente, sindicância.

Art. 24 Além das incumbências descritas no artigo 23, compete ainda ao motorista, ou, caso este não esteja em condições, à Divisão de Segurança e Vigilância, realizar o levantamento dos dados abaixo, para instruir a comunicação da ocorrência a ser oportunamente feita à Secretaria Administrativa do TFR ou do CJF:

I – características dos outros veículos envolvidos (marca/tipo – placa – n. do chassi – ano – uso do veículo);

II – data, hora e local do acidente;

III – direção (sentido) das unidades de tráfego;

IV – velocidade, imediatamente antes do acidente;

V – preferencial do trânsito;

VI – sinalização (existência ou não de sinal luminoso, placas, gestos, sons, marcos, barreiras);

VII – condições da pista;

VIII – visibilidade;

IX – número da apólice e nome da companhia seguradora dos outros veículos envolvidos;

X – nome de quem dirigia os outros veículos, endereço, número da carteira de habilitação, data de emissão e repartição expedidora;

XI – especificação das avarias verificadas no veículo;

XII – descrição de como ocorreu o acidente; e

XIII – Qualquer outro dado que possa influir na aferição da culpa.

Art. 25 O condutor do veículo e os servidores do TFR e do CJF, eventualmente envolvidos no acidente de trânsito, devem evitar alterações e discussões de qualquer natureza, com os demais implicados no acidente, procurando conduzir os acontecimentos com serenidade.

Art. 26 Será instaurado processo administrativo, na forma prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, quando do acidente resultar dano à Fazenda Pública ou a terceiros e houver indícios de que o motorista agiu com dolo.

Art. 27 De posse de toda a documentação pertinente ao acidente, a Subsecretaria de Segurança e Transporte promoverá o seu encaminhamento à Secretaria Administrativa respectiva, acompanhada de relatório circunstanciado, opinando sobre as providências a serem adotadas.

SEÇÃO III – DA INDENIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS

Art. 28 Se o laudo pericial, ou o inquérito administrativo concluir pela culpabilidade (dolo ou culpa) do motorista, este responderá pelos danos, avarias e quaisquer prejuízos resultantes do acidente, indenizando a Fazenda Pública ou o terceiro prejudicado.

§ 1º O ato que responsabilizar o servidor deverá constar de portaria na qual se indicará o fato do qual resultou a responsabilidade, o dispositivo legal em que se fundamenta, o valor dos prejuízos, a providência tomada e/ou penalidade disciplinar imposta.

§ 2º A indenização à Fazenda Pública, nesta compreendidas, também, as entidades da administração indireta e as fundações instituídas pelo Poder Público, será feita mediante desconto em folha de pagamento, em prestações

mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração, na forma prevista no art. 197 e seus parágrafos, da lei n. 1.711, de 28.10.52.

§ 3º Não caberá desconto parcelado quando o servidor solicitar exoneração, salvo se passar a exercer outro cargo público federal, abandonar o cargo ou dele for dispensado e entrar em gozo de licença para trato de interesses particulares.

Art. 29 Em se tratando de dano causado a terceiros, responderá o funcionário perante o TFR ou o CJF, em ação regressiva.

Parágrafo único – A indenização à Fazenda Nacional devida pelo servidor condenado em ação regressiva poderá ser feita mediante desconto em folha de pagamento, não excedente à quinta parte da importância de seu vencimento ou remuneração, na forma prevista no artigo 6º da Lei n. 4.619, de 28 de abril de 1965.

Art. 30 Independentemente da indenização a que estiver obrigado, poderá ser aplicada ao motorista responsável pena disciplinar variável, segundo as circunstâncias e o caráter da falta, entre advertência, repreensão, multa ou destituição da função.

Art. 31 Quando o laudo pericial, ou o inquérito administrativo concluir pela culpa o motorista, haverá, no ressarcimento do montante da indenização a que se refere o artigo 29, um desconto proporcional ao tempo em que o servidor responsabilizado exerceu a função de motorista sem causar, por culpa ou dolo, danos a viaturas do TFR e do CJF, de conformidade com o estabelecido na Tabela constante do Anexo I.

§ 1º O tempo a que se refere este artigo contar-se-á a partir:

I – da nomeação para os cargos de Agente de Segurança Judiciária ou Motorista Oficial, se, comprovadamente, o servidor trabalhar na condução do veículo;

II – da designação para a função de Auxiliar Especializado (motorista), quando, na hipótese prevista no inciso I, não tiver conduzido veículo; ou

III – do último acidente ocasionado por culpa ou dolo do motorista.

§ 2º A ocorrência de acidente, inexistindo culpa ou dolo do motorista, não interrompe a contagem de tempo referida no parágrafo anterior.

§ 3º Na apuração do tempo de serviço registrado pelo servidor na condução de veículos, após o primeiro ano de exercício na função, a tração igual ou superior a 6 (seis) meses contar-se-á como 1 (um) ano.

Art. 32 Quando o laudo pericial, ou o inquérito administrativo concluir que o acidente foi causado por dolo do motorista, este se responsabilizará pela indenização integral dos prejuízos dele decorrentes.

SEÇÃO IV – DAS MULTAS POR INFRAÇÕES AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO

Art. 33 Aos condutores das viaturas do TFR e do CJF caberá a responsabilidade pelas infrações por eles praticadas na direção dos veículos (art. 209 do Decreto n. 62.127, de 16 janeiro de 1968 – Regulamento do Código Nacional de Trânsito, e art. 102 da Lei n. 5.108, de 21 de setembro de 1966 – Código Nacional de Trânsito).

Art. 34 O TFR ou o CJF recolherá à repartição de trânsito autuadora o valor das multas impostas aos condutores de seus veículos, quando as mesmas não forem pagas pelos infratores, no momento da autuação.

Parágrafo único – Ocorrendo a hipótese prevista na primeira parte do **caput** deste artigo, ressarcimento ao TFR ou do CJF far-se-á mediante desconto em folha de pagamento, na forma do § 2º do artigo 29, desta Resolução.

Art. 35 No ressarcimento das multas que lhe forem impostas, o motorista será beneficiado com um desconto, sobre o seu valor, proporcional ao tempo de serviço registrado na condução de veículos, sem infringir regras de trânsito, de conformidade com o estabelecido na Tabela constante do Anexo II.

§ 1º O tempo a que se refere este artigo contar-se-á da data:

I – da nomeação para os cargos de Agente de Segurança Judiciária ou Motorista Oficial, se, comprovadamente, o servidor trabalhar na condução de veículos;

II – da data da designação para função de Auxiliar-Especializado (Motorista), quando, na hipótese prevista no inciso I, não tiver conduzido veículo; ou

III – da ocorrência da última multa.

§ 2º Na apuração do tempo de serviço registrado pelo servidor na condução de veículos, após o primeiro ano de exercício na função, a fração igual ou superior a 6 (seis) meses contar-se-á como um (um) ano.

Art. 36 Os motoristas do TFR e do CJF serão submetidos, pelo menos uma vez por semestre, a cursos de curta duração a respeito de protocolo, comportamento, normas de trânsito e segurança.

§ 1º Os cursos de que trata este artigo serão organizados pelo Diretor Geral da Secretaria do T.F.R. e serão ministrados nos dias de sábado.

§ 2º As normas de protocolo, comportamento, trânsito e segurança serão expedidas pelo Diretor Geral da Secretaria do T.F.R., semestralmente, e serão submetidas à aprovação do Tribunal.

Art. 37 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 38 Aplica-se esta Resolução aos veículos postos à disposição das Representações do Tribunal nas Seções Judiciárias da Justiça Federal.

Art. 39 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS, 13 de março de 1986.

MINISTRO LAURO LEITÃO

PRESIDENTE

ANEXO I - TABELA DE ACIDENTES

TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO SEM CAUSAR, POR CULPA OU DOLO, DANOS EM VIATURAS PERTENCENTES AO TFR e CJF	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE O VALOR TOTAL DA DESPESA COM O CONserto OU REPAROS DE VIATURAS OFICIAIS ACIDENTADAS	
	% DO SERVIDOR	% DO TFR ou CJF
menos de um ano	100	-
01 ano	80	20
02 anos	60	40
03 anos	40	60
04 anos	20	80
05 anos	-	100

ANEXO II - TABELA DE MULTAS

TEMPO DE SERVIÇO NA FUNÇÃO SEM SOFRER MULTA, DE SUA RES PONSABILIDADE, POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSI TO	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO SOBRE O VALOR TOTAL DA MULTA, POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO NACIO NAL DE TRÂNSITO	
	% DO SERVIDOR	% DO TFR ou CJF
menos de um ano	100	-
01 ano	80	20
02 anos	60	40
03 anos	40	60
04 anos	20	80
05 anos	-	100